

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Gilberto Motta (MTb 957/SC)
Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)
Tiragem: 850 exemplares

Nº 1035

CATEGORIA DELIBERA POR PARALISAÇÃO DE DUAS HORAS NO DIA 22 DE JUNHO

Em Assembleia realizada nesta quarta-feira, dia 15, para deliberar sobre os encaminhamentos da XVI Plenária da Fenajufe, foi aprovada a realização de Assembleia/Ato no dia 22 de junho, próxima quarta-feira, na rampa do TRT, das 15 às 17 horas. Nesta Assembleia serão relatados os informes colhidos nas Reuniões Setoriais que a Coordenação do SINTRAJUSC irá fazer ao longo desta e da próxima semana em locais de trabalho nas Justiças do Trabalho, Federal e Eleitoral. O objetivo das reuniões é ouvir os servidores sobre a mobilização pela aprovação do PCS. O SINTRAJUSC iniciou ontem a prática da transmissão de Assembleias ao vivo pela internet, com recursos tecnológicos próprios, chegando a 235 visualizações simultâneas.

Nas falas dos servidores, ficou claro que a única alternativa para conquistar a revisão salarial é a luta, travada na Câmara dos Deputados, mas com amarras inevitáveis ao Judiciário e ao Executivo. Foi assim nos três outros PCSs, e não será diferente agora, em um período de crise que, em escala mundial e nacional, está levando os trabalhadores às ruas e à Greve. Numa escala de zero a dez, o resultado em relação às reivindicações da categoria do Judiciário irá depender do peso da luta.

Outro ponto levantado foi que a briga não é somente no STF, onde o ministro Cezar Peluso ouviu os magistrados, mas não os servidores, mas também no governo federal, com o qual será necessária a articulação para pagamento dos valores referentes ao PCS. Em nível local, os servidores enfrentam também a reação da Administração do TRT, que, ao exigir acordo de compensação de horas ou, caso contrário, corte de salário, tenta baixar a cabeça dos servidores. Não é a primeira vez que isso acontece, e historicamente a categoria soube dar resposta, e essa resposta foi a luta.

A solidariedade de classe, na Assembleia, também concretizou-se na aprovação do empréstimo de R\$ 10 mil do Fundo de Mobilização e Luta, até julho, para o Sinte, Sindicato dos Trabalhadores da Educação em SC, que está em Greve e luta por melhores salários e condições de trabalho. Também foi aprovado o uso do Fundo para despesas

com as plenárias da Fenajufe.

Tem que ter pressão

"Se não houver pressão, os projetos não serão aprovados". Essa é a opinião do assessor parlamentar da Fenajufe e diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Carlos Queiroz, o Toninho do Diap, durante o ato realizado dia 14 na Câmara dos Deputados. Ele se referiu aos PLs 6613/09 e 6697/09, que tramitam na Casa e garantem o reajuste salarial do Judiciário e do Ministério Público.

"A conjuntura é extremamente desfavorável a proposições que tenham grande impacto orçamentário. Até porque o governo federal fez corte de 50 bilhões no orçamento e não é tarefa fácil arrancar do governo algo em torno de R\$ 7 bilhões", afirmou Toninho. Por outro lado, o assessor considera a aprovação dos projetos possível porque "a medida é justa, necessária e conveniente".

Toninho explicou que os salários do Judiciário e o MPU estão defasados em relação a todas as carreiras similares nos demais órgãos, como no Tribunal de Contas e no Legislativo, e avaliou que este é o momento que o governo tem para reestruturar as carreiras de estado e o reajuste de remuneração anual, como já é assegurado aos aposentados do INSS. Quanto à valorização do servidor, Toninho diz que o Judiciário tem perdido quadros para outros poderes em função dos baixos salários.

"A LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) estabelece que o projeto, para vigorar no ano seguinte, tem que tramitar até 31 de agosto do ano anterior. Esses dois projetos foram encaminhados em 2009 e não caberia ter reajuste em 2010, mas poderia ter em 2011. Foi omissão do STF em não prever os recursos para implementar o plano", criticou Toninho.

O assessor parlamentar garantiu que ajudará a convencer os parlamentares a assinar o manifesto lançado durante o ato. O objetivo é criar uma frente de parlamentares em defesa do reajuste dos servidores do Judiciário e do Ministério Público.

Dirigentes sindicais e deputados destacam importância da luta para garantir PCSs

Os cerca de mil servidores que passaram pela Câmara dos Deputados na terça-feira, dia 15, ouviram de vários deputados o compromisso de empenho em defesa da aprovação do PCS dos servidores do Judiciário Federal e do MPU. Promovido pelo Sindjus-DF, o ato foi dirigido pelo relator do PL 6613/09, Roberto Policarpo (PT-DF), e contou com a presença de vários deputados que apoiam a reivindicação da categoria.

Deputado pelo Piauí, Assis de Carvalho, um dos vários que declararam o apoio aos PCSs, informou que já havia se comprometido em defender a categoria durante reuniões com dirigentes do Sintrajufe-PI, em Teresina. Segundo o parlamentar, que já foi dirigente da CUT em seu estado, a única maneira de melhorar os serviços prestados à população no país é valorizando os servidores públicos, oferecendo a eles melhores condições de trabalho e salários mais dignos. "Essa Casa é movida por pressão, não só em Brasília, mas também nos estados. Nos comprometemos a defender os projetos, mas precisamos da intensa mobilização de vocês, porque aqui há forças contrárias aos trabalhadores", disse Assis, afirmando a importância da pressão dos servidores.

A deputada Alice Portugal, da Bahia, reafirmou o seu apoio à aprovação dos PCSs, em tramitação na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara (CFT). Em sua fala, a parlamentar afirmou que há setores no Congresso Nacional e no próprio governo federal que defendem, de forma conservadora e equivocada, que as melhorias no serviço público passam pela privatização, pela terceirização e pela criação de fundações privadas e de fundos de pensão, indo contra aos interesses dos servidores e da população: "Somente a luta reverterá a retirada de direitos, que teve início já à época da Reforma da Previdência, em 2003. Precisamos mostrar a esse governo que, para atender aos que mais precisam nesse país, é preciso atender aos que trabalham para eles. E essa luta é complexa, porque enfrenta as ameaças do mercado, a quem o governo tem se submetido erroneamente", afirmou Alice Portugal, criticando, ainda, a falta de uma política de diretrizes de plano de carreira, o que, segundo ela, contribui para a defasagem salarial das várias categorias do serviço público. Já o deputado Protógenes Queiróz, de São Paulo, destacou a importância do papel do Judiciário Federal e do MPU, que necessitam de servidores qualificados e valorizados.

Mais um passo

Antes de encerrar o ato, o relator do PL 6613/09, deputado Roberto Policarpo, explicou que a pressão junto aos demais colegas da Câmara não se encerrava naquele momento e que ele continuará conversando com cada um para garantir o apoio à aprovação do reajuste salarial. "Não será fácil aprovar os planos na Comissão de Finanças.

Por isso, é preciso fortalecer a Greve em todo o país. O meu relatório é apenas um passo importante nesse processo. Se o STF e a PGR não fazem nada, nós faremos a nossa parte. O governo deveria ver o reajuste do Judiciário e do MPU como um investimento e não como despesa", finalizou Policarpo.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL

Pelo presente Edital, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC), conforme estabelece o artigo 38 do Estatuto Sindical, faz saber aos trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina que será realizada ASSEMBLEIA GERAL/ATO no dia 22 de junho do ano de 2011, quarta-feira, às 13h30, na rampa do TRT, na Capital, com os seguintes pontos de pauta:

- a) Informes
- b) Encaminhamentos da luta pelo PCS

Florianópolis, 16 de junho de 2011
Coordenação Geral do SINTRAJUSC

••••• Nota de Apoio aos professores de SC •••••

Caros professores da rede pública de SC, o Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (Sintrajusc) manifesta apoio e se solidariza com a Greve na luta pela implantação do piso do magistério e por melhores condições de trabalho.

Nós, do Judiciário Federal, também estamos há quase três anos lutando por nossa revisão salarial, que já foi enviada pelo STF ao Congresso Nacional em dezembro de 2009 e, desde então, tramita nas Comissões da Câmara dos Deputados.

Nossa luta também é pela qualidade na prestação jurisdicional, porque sabemos que, tanto quanto o esforço individual e coletivo de cada professor e professora, também é neste mesmo esforço, por parte dos servidores do Judiciário Federal, que a população pode perceber, avaliar e cobrar as políticas públicas como parte do papel do Estado.

Neste sentido, sabemos que a educação e o acesso pleno ao conhecimento são fundamentais para a construção de uma sociedade justa.

Saudações solidárias

Direção do SINTRAJUSC